



Waldemir Barrera/Agência Senado

Vestidos a caráter, vaqueiros comemoram a aprovação em Plenário do projeto que garante direitos trabalhistas, sob os aplausos do presidente do Senado, Renan Calheiros, parlamentares e autoridades

Senado aprova direitos para vaqueiros e músicos brasileiros

Entre as conquistas dos cuidadores de rebanhos, está a inclusão obrigatória de seguros de vida e de acidentes nos contratos de serviço. Também foi aprovada a PEC da Música, que isenta de impostos CDs e DVDs com obras musicais de autores brasileiros e que evita a pirataria

Vaqueiros trajados com roupas de trabalho acompanharam ontem no Senado a votação do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 83/2011, que reconhece e regulamenta a profissão no país. Renan Calheiros considerou a aprovação um

resgate de enorme dívida social do Brasil com esses profissionais. O projeto seguiu à sanção.

Dezenas de músicos, cantores e compositores também estiveram no Senado ontem acompanhando a aprovação da PEC da Música. A isenção

de impostos sobre CDs e DVDs com obras de autores brasileiros aprovada ontem pode tornar os produtos mais competitivos para enfrentar a concorrência da pirataria. Emenda será promulgada pelo Congresso em 1º de outubro. **6 e 7**



Moneira Maniz/Agência Senado

Compositores, intérpretes, instrumentistas e produtores musicais acompanham a votação final da emenda à Constituição que isenta de impostos CDs de autores brasileiros e visa coibir a pirataria

Doença rara pode ter mais verba para pesquisa 9

Debatedores defendem cotas em concursos 8

Otimista, Tombini vê crescimento gradual 5

Avança proposta de renegociação com o Fies 10

Comissão analisa fim do voto obrigatório 3

Congresso celebra 60 anos de fundação da TV Record

Mais antiga emissora em atividade no Brasil recebeu homenagem dos parlamentares pelo pioneirismo em transmissão esportiva, programas como *Jovem Guarda* e exibição ao vivo da inauguração de Brasília

OS 60 ANOS da Rede Record de Televisão foram comemorados ontem em sessão solene do Congresso. Parlamentares lembraram a trajetória da emissora mais antiga em atividade no Brasil, ressaltando o papel na formação da identidade cultural do país.

Fundada por Paulo Machado de Carvalho, a emissora estreou em 27 de setembro de 1953 com um programa musical. Desde então, disse o

presidente do Senado, Renan Calheiros, garante espaço para músicos, humoristas e atores.

Segundo Eduardo Lopes (PRB-RJ), que propôs a sessão, a produção musical nos anos 60 e 70 encontrou na Record o melhor canal de expressão. Programas como *O Fino da Bossa* e *Jovem Guarda*, além do *Festival de Música Brasileira*, consolidaram Elis Regina, Chico Buarque, Roberto Carlos, Caetano Veloso e Gilberto Gil.

O pioneirismo na transmissão esportiva também foi lembrado. Em 21 de abril de 1960, a emissora transmitiu com exclusividade a inauguração de Brasília. No final da década de 80, após sucessivos incêndios, o canal foi comprado por Edir Macedo, da Igreja Universal do Reino de Deus. Segundo o presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, a Record se consolidou como a segunda rede de TV de maior audiência no Brasil.

O presidente da Rede Record, Luiz Claudio Costa, assinalou que o sucesso do grupo, que inclui o canal Record News e o portal R7, passa pela qualidade dos profissionais. Participaram da solenidade o ministro da Pesca, Marcelo Crivella, o da Saúde, Alexandre Padilha, e o presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e TV, Daniel Slaviero.



Cristovam e Luiz Henrique durante apresentação da agenda da comissão

Senado do Futuro deve debater pacto federativo e descentralização

A redução das desigualdades regionais por meio de um novo pacto federativo será o primeiro tema debatido pela Comissão Senado do Futuro. O tema foi aprovado ontem, como parte do plano de trabalho elaborado pelo relator, Cristovam Buarque (PDT-DF). Ele sugeriu ciclos de debates, com discussões a cada duas semanas.

O primeiro tema foi uma sugestão de Luiz Henrique, presidente da comissão. Na opinião do senador, é inadiável um novo pacto federativo que descentralize a gestão. Luiz Henrique afirmou que os anos de atraso do Brasil na infraestrutura são a prova mais cabal de que a União precisa

delegar mais aos estados e municípios.

— O governo central é um governo lento e ineficaz e assim será qualquer que seja o presidente da República e quaisquer que sejam os ministros. É preciso descentralizar o país. Eu acredito que a equação do futuro está na descentralização — afirmou.

O primeiro debate da comissão deve ocorrer no dia 14 de outubro, às 18h.

Dentro dos ciclos de debate, seriam discutidos temas como infraestrutura econômica e competitividade, saúde, enfrentamento da violência nas cidades, qualidade da educação, criação científica e tecnológica, e democracia.



Presidente da Rede Record, Luiz Claudio Costa (D) discursa na tribuna do Plenário

Famílias de desaparecidos políticos cobram respostas

A Subcomissão da Verdade, Memória e Justiça ouviu ontem, em audiência pública, parentes de mortos e desaparecidos políticos. Eles ainda cobram respostas.

Elzita Santa Cruz vai completar 100 anos em outubro e não tem explicação sobre o que aconteceu com o filho, Fernando Santa Cruz. No sábado de Carnaval de 1974, ele foi preso por agentes do DOI-Codi, no Rio de Janeiro.

— Incerteza é a coisa pior do mundo. Às vezes fico pensando... Será que ele vai chegar?

Iara Xavier, que teve dois irmãos e o companheiro mortos com tiro na nuca, reconhece que a Comissão Nacional da Verdade é um avanço, mas diz que é preciso ir além.

— Expressamos a necessidade e a importância de convocar os agentes do Estado responsáveis pelos crimes de tortura, assassinato e desaparecimento. A história não pode ser sepultada sob um nome falso, como os mortos no Cemitério de Perus — afirmou.

Sobrinho do líder estudantil Honestino Guimarães, Mathews Guimarães questionou os 16 meses de trabalho da Comissão da Verdade.

A comissão foi criada pela Presidência da República para esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período de 1946 a 1988 e deve concluir o trabalho em maio do ano que vem.

O presidente da Subcomissão da Verdade no Senado, João Capiberibe (PSB-AP), anunciou que pretende continuar as audiências e ouvir as vítimas da ditadura nos locais onde foram torturadas.

Capiberibe registra visita ao DOI-Codi, no Rio

Capiberibe classificou como momento “histórico e marcante” a visita que a subcomissão fez segunda-feira ao batalhão do Exército no Rio de Janeiro onde funcionou o DOI-Codi. Ele pediu ao presidente do Senado, Renan Calheiros, providências sobre a agressão que Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) teria sofrido do deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ).



Capiberibe (3º à esq.) preside reunião com parentes de vítimas da ditadura

EDUARDO SUPLYC PRESTA HOMENAGEM À MÃE, FILOMENA, PELOS 105 ANOS DE IDADE

Com um discurso emocionado, Eduardo Suplicy (PT-SP) homenageou em Plenário a mãe, Filomena Matarazzo Suplicy, que ontem completou 105 anos. O senador chorou ao ler um artigo do jornal *Folha de S. Paulo* em que a jornalista Mônica Dallari descreve a história de vida da mulher com 170 descendentes de uma das famílias mais tradicionais do país. Neta do conde Francesco Matarazzo, Filomena ficou viúva aos 19 anos e já era mãe de dois filhos quando casou pela segunda vez, aos 25, com o corretor de café Paulo Cochrane Suplicy. O casal teve nove filhos.

FLEXA RIBEIRO LAMENTA MORTE DO EX-SENADOR OZIEL CARNEIRO, DO PARÁ, AOS 81 ANOS

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) apresentou requerimento de voto de pesar pelo falecimento, na segunda-feira, do médico, jornalista e político Oziel Rodrigues Carneiro, aos 81 anos. Oziel Carneiro foi senador pelo Pará entre 1990 e 1992, como suplente de Jarbas Passarinho, e presidiu o Banco da Amazônia e o Banco Comercial do Pará: — Como paraense e admirador do talento e da liderança de Oziel Carneiro, com quem tive o privilégio de conviver, peço o apoio de meus pares a esta homenagem póstuma a quem tanto contribuiu para o desenvolvimento do Pará e da Amazônia — disse Flexa.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário depois da ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO PEC do Voto Aberto

14h Entre outras matérias, na pauta da sessão deliberativa, a terceira sessão de discussão da proposta de emenda à Constituição que estabelece o voto aberto.

PRESIDÊNCIA Mães da Fronteira

12h O senador Renan Calheiros recebe o senador Waldemir Moka e o deputado Fabio Trad, acompanhados de Lillian Silvestrini e Angela Fernandes, representantes do movimento Mães da Fronteira. Às 16h, preside a ordem do dia.

CAS Partos humanizados pelo SUS

9h Na pauta de votação da Comissão de Assuntos Sociais, proposta que obriga o SUS a oferecer condições para a realização de partos humanizados nos hospitais conveniados.

CCJ Voto facultativo para os brasileiros

10h Na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, proposta de emenda à Constituição que institui o voto facultativo para os brasileiros. A comissão pode votar ainda projeto que restringe a saída temporária dos presos.

CMO Proposta orçamentária para 2014

14h30 Audiência pública da Comissão Mista de Orçamento com a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, sobre a proposta orçamentária para 2014, no Plenário 2 da Câmara.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**:

<http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**:

<http://bit.ly/comissoesOnline>



RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das **9h, reunião da Comissão de Assuntos Sociais** e, às **14h, a sessão plenária**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: www.senado.leg.br/radio.

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **10h**, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Constituição e Justiça**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Comissão de Constituição e Justiça examina hoje sete propostas, entre as quais a do voto facultativo e a da redistribuição do número de deputados federais por estado

Mudanças no sistema político-eleitoral incluem voto facultativo

O FIM DO voto obrigatório para os eleitores com mais de 16 anos é uma das sete propostas de alteração no sistema político-eleitoral do país em análise hoje na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Ricardo Ferraço (PMDB-ES) é autor da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 55/2012, que institui o voto facultativo, mas mantém a obrigatoriedade de alistamento eleitoral para os brasileiros maiores de 18 anos. Apesar de controversa, a medida conta com o apoio do relator, Pedro Taques (PDT-MT).

Taques também recomendou a aprovação de outra iniciativa polêmica: a alteração no número de deputados federais de 13 estados na próxima legislatura (2015–2019). O ajuste consta de projeto de lei (PLS 221/2013 — Complementar) de autoria de Eduardo Lopes (PRB-RJ) e, se for aprovado, levará oito estados a perderem e cinco a ganharem cadeiras na Câmara. A redistribuição proposta se baseia na Resolução 23.389/2013, editada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A matéria conta com voto em separado contrário de Cássio Cunha Lima (PSDB-PB).

Campanhas

O Projeto de Lei do Senado (PLS) 123/2011, de autoria de Roberto Requião (PMDB-PR), que institui o sistema de lista fechada na eleição proporcional, também recebeu voto pela rejeição do relator, Ricardo Ferraço (PMDB-ES). Segundo a argumentação do senador no parecer, “a lista fechada gera o excessivo fortalecimento das



Proposta na CCJ estabelece o alistamento obrigatório de maiores de 18 anos, mas faculta o voto

direções partidárias e a ‘burocracia’ partidária, estimulando a corrupção dos delegados nas convenções partidárias para a compra dos melhores lugares da lista e dando azo ao engrandecimento dos ‘caciques eleitorais’, que passam a escolher os candidatos de sua preferência para compor a lista partidária.”

Maior divulgação a recursos recebidos e gastos em campanhas eleitorais será outra medida debatida pela CCJ hoje. De acordo com o PLS 601/2011, elaborado por Taques, os candidatos, partidos políticos e ligações seriam obrigados a divulgar relatórios quinzenais na internet, no período de julho a setembro, sobre os valores movimentados durante a campanha. O projeto tem parecer favorável, na forma de substitutivo, do relator, Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP).

Será analisado, ainda, substitutivo

a projeto de lei (PLS 358/2009) de Inácio Arruda (PCdoB-CE) que proíbe deputados, senadores e outros ocupantes de mandato eletivo, assim como parentes até segundo grau, de dirigirem concessionárias de serviços públicos, como telefonia e energia elétrica. O relator, Luiz Henrique (PMDB-SC), modificou o projeto para limitar a vedação a quem exerceu mandato eletivo nos últimos dois anos e a parentes até segundo grau.

Princípios

Por fim, a comissão deverá analisar projeto de lei (PLS 195/2006) de autoria de Cristovam Buarque (PDT-DF) que estabelece que os candidatos a cargos eletivos apresentem carta de princípios e o programa de trabalho ao registrarem as candidaturas junto à Justiça Eleitoral. A iniciativa tem voto favorável do relator, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF).

Aloysio Nunes estranha obstáculos à criação de dois novos partidos

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) disse ontem estranhar os obstáculos burocráticos e processuais que têm atrasado a criação de dois novos partidos, o Rede Sustentabilidade, liderado pela ex-senadora Marina Silva, e o Solidariedade Nacional, capitaneado pelo deputado Paulinho da Força (PDT-SP). No caso da Rede, Aloysio observou que a dificuldade está na demora dos órgãos auxiliares da Justiça Eleitoral em conferir o número de assinaturas necessárias para a legalização.

Quando ao Solidariedade Nacional, o senador afirmou que já foi cumprido o pré-requisito mínimo de assinaturas para a criação. Entretanto, o Ministério Público Eleitoral questiona a autenticidade de parte das 10 mil assinaturas que excederam o mínimo e pediu nova conferência da totalidade das assinaturas, e não apenas das excedentes sob suspeita.

— É uma situação absolutamente iníqua e que inviabiliza a criação desse e de qualquer partido. Receio de que possa estar em andamento algum tipo de ação para reduzir o número de opções a serem apresentadas ao eleitorado no pleito do ano que vem.

Rollemberg defende voto aberto em todas as votações do Legislativo

O fim do voto secreto em todas as deliberações do Poder Legislativo foi defendido ontem por Rodrigo Rollemberg (PSB-DF). Ele apelou para que os parlamentares não percam a “chance histórica” que o Senado tem de aprovar o voto aberto, como deseja a população brasileira.

Rollemberg salientou que a sociedade entende que o voto aberto para a cassação de parlamentares é um avanço, mas que a medida não é suficiente para os eleitores.

— Voto secreto, especialmente para apreciação de vetos presidenciais, se justificava no período autoritário, onde o parlamentar podia ser retaliado pelo governo em função de sua posição, mas em um regime democrático, livre como o nosso, não podemos admitir — disse.



Para senador, voto secreto é resquício da ditadura

Deputados podem votar hoje projeto de minirreforma eleitoral

Aprovada pelo Senado semana passada, a minirreforma eleitoral pode ser votada hoje na Câmara. Para valer em 2014, o projeto (PL 6.397/2013) precisa ser aprovado e sancionado até 5 de outubro. A proposta permite a doação de concessionárias de serviços públicos e libera campanha em redes sociais. (Da Agência Câmara)

PEC do Voto Aberto tem segundo dia de discussão no Senado

Transcorreu ontem a segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 43/2013, de autoria do ex-deputado Luiz Antonio Fleury, que determina o voto aberto em todas as deliberações do Poder Legislativo no Brasil. A PEC tramita em conjunto com as PECs 20 e 28, ambas de 2013, de autoria de Paulo Paim (PT-RS) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), que tratam do mesmo tema.

Em declaração à imprensa anterior à discussão das PECs, o presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que não há consenso entre os senadores para a votação da matéria, motivo pelo qual não haverá um calendário especial para votação em Plenário. Para ser aprovada, uma PEC precisa de 49 votos favoráveis nos dois turnos de votação.

Walter Pinheiro (PT-BA), que pediu a inversão de pauta para que a matéria pudesse ser discutida na sessão de ontem, sugeriu que a PEC seja analisada em todas as sessões, para que possa ser votada já na próxima semana.



Senador saudou vice-procuradora, Ela Wiecko

Simon elogia Rodrigo Janot por priorizar combate à corrupção

Pedro Simon (PMDB-RS) elogiou o novo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, por afirmar, em entrevista à revista *Veja*, que irá priorizar o combate à corrupção. “O dinheiro da corrupção é o dinheiro que falta para a saúde, para a educação, para a segurança, tudo quanto é lugar! Esse dinheiro está onde não deveria estar e vamos atrás dele”, leu Simon.

Janot prometeu celeridade para evitar o acúmulo de processos. Simon parabenizou ainda a nomeação de Ela Wiecko como vice-procuradora-geral. Apesar dos elogios, o senador criticou Janot por ter afirmado que os procuradores passarão a viajar apenas na classe executiva em voos internacionais.

— Cá entre nós, a primeira medida não precisava ser essa — afirmou.



Couto lamenta avanço da corrupção no país

Para Mário Couto, caso do mensalão revela a injustiça brasileira

Mário Couto (PSDB-PA) lamentou ontem o avanço da corrupção e da impunidade no país. Ele destacou que o julgamento do mensalão no Supremo Tribunal Federal (STF) revela que somente as pessoas menos favorecidas economicamente são presas no Brasil e que os “apadrinhados” do governo do PT jamais irão para a cadeia, independentemente dos atos.

— Quando quem está sendo julgado tem prestígio, eu aposto com quem quiser, ponho em jogo o meu mandato se [o ex-ministro José] Dirceu for preso. Duvido que [o deputado José] Genoíno vá preso — observou.

Couto ressaltou que a prática da corrupção já está “impregnada” e quem sofre com a realidade são apenas as pessoas pobres.

Banco não enviou representante a audiência no Senado e foi condenado pelos participantes devido à atuação relativa às dívidas de produtores rurais que ficaram inadimplentes por causa da estiagem

Críticas ao BNB em debate sobre seca no Nordeste

A ATUAÇÃO DO Banco do Nordeste do Brasil (BNB) no enfrentamento da seca do Nordeste foi criticada ontem em audiência pública da comissão mista que analisa a Medida Provisória (MP) 623/2013, que facilita a quitação de dívidas de produtores atingidos pela seca na Região Nordeste.

A expectativa do governo é de que 93 mil operações sejam abrangidas, com custo para o Tesouro Nacional estimado em R\$ 126 milhões. Pela proposta, as dívidas de até R\$ 15 mil (valor original) terão desconto de 65%; para valores de R\$ 15 mil a R\$ 35 mil, o desconto é de 45%; e para valores superiores a R\$ 35 mil até o teto de R\$ 100 mil, o desconto é de 40%.

O relator da comissão, Cícero Lucena (PSDB-PB), lamentou a falta de um representante do BNB na audiência. De acordo com o senador, trata-se de uma demonstração clara de “desrespeito” do banco aos problemas do Nordeste. O presidente da comissão, deputado José Airton (PT-CE), leu um ofício do presidente do BNB, Ary Joel Lanzarin, justificando a ausência por ter um compromisso anterior.

Cícero lembrou que o BNB tem sido alvo de críticas no trato com o produtor rural, dando como exemplo o caso do produtor Francisco José da Silva, dono de um sítio de 62 hectares no município de Boqueirão (PB). Francisco fez empréstimo de R\$ 22 mil no



Cícero Lucena (C) ouve representantes do governo e dos produtores rurais

BNB e pagou as prestações por dez anos. Há cinco, deixou de pagar. A dívida foi acrescida de juros e correção monetária e hoje totaliza R\$ 235 mil.

O presidente da Federação da Agricultura e Pecuária da Paraíba (Faepa), Mário Antônio Pereira Borba, disse que o BNB não está cumprindo a lei no relacionamento com o cliente produtor nordestino e registrou que algumas regiões têm entrado em colapso.

— Toda região de semiárido do mundo tem um tratamento diferenciado — argumentou.

Convocação

O deputado Paulão (PT-AL) disse que a ausência de um representante do BNB é um “descaso com o Legislativo”. Ele sugeriu que, na próxima audiência, o banco seja convocado, e não apenas convidado.

José Airton leu a carta de um produtor de Tauá (CE) que pegou um financiamento de R\$ 70 mil em 1995. Em 2012, a dívida já era mais de R\$ 160 mil. Apesar de o produtor já ter

pagado R\$ 104 mil, a dívida está em mais de R\$ 114 mil.

O secretário de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais do Ministério da Integração, Jenner Guimarães do Rêgo, disse que a MP pode minimizar o impacto da seca na produção do Nordeste. Ele advertiu que a desoneração fiscal pode comprometer a capacidade dos fundos constitucionais de investir em regiões carentes.

Para o secretário-adjunto de Política Agrícola do Ministério da Fazenda, João Pinto Rabelo Junior, a MP complementa o conjunto de medidas do governo para minimizar o efeito da seca.

O deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB-CE) cobrou mais integração entre os parlamentares nordestinos, e o deputado Júlio César (PSD-PI) reforçou o discurso de que o Nordeste precisa de um tratamento diferenciado. Segundo ele, a seca tem tornado os efeitos do Fundo Constitucional do Nordeste (FNE) pouco sentidos.

Deputado sugere simplificar regras de captação de água da chuva

A rigorosa regulamentação do aproveitamento de água da chuva pode dificultar a utilização desse recurso pelas residências e condomínios. A observação foi feita pelo deputado Alfredo Sirkis (PV-RJ) durante audiência pública que discutiu o tema na Comissão Mista de Mudanças Climáticas (CMMC).

Na avaliação de Sirkis, para que as águas pluviais sejam mais bem aproveitadas, de forma generalizada, a lei deve tratar o assunto de forma simplificada. Para ele, não é necessário haver equipamentos e normas técnicas complexas para captação e reserva de água pluvial a ser usada em irrigação de jardins e lavagem de calçadas e de automóveis. Para isso,



acrescentou, basta tubulação separada, com a adequada informação de que não se trata de água potável.

A captação de águas pluviais, observou o deputado Sirkis, é importante na prevenção de enchentes e em regiões em que há escassez de chuvas. Nas duas situações, ressaltou, os custos para cumprir uma legislação muito exigente vão inviabilizar a implementação do sistema.

— É um fenômeno tipicamente brasileiro o excesso de regulamentação, às vezes (não que seja o caso) feito por lobbies que querem vender determinados equipamentos e acabam, em nome da preservação ambiental, inviabilizando a própria ação — destacou Sirkis.

Comissão de Mudanças Climáticas vai participar da COP-19

Por sugestão de Sérgio Souza (PMDB-PR), a Comissão Mista de Mudanças Climáticas vai participar da 19ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro da Organização das Nações Unidas sobre Mudança do Clima — COP-19. O evento acontece de 11 a 22 de novembro, em Varsóvia (Polônia).

Subcomissão de resíduos sólidos tem instalação adiada

Foi adiada para terça-feira a instalação da subcomissão temporária para fiscalizar o Plano Nacional de Resíduos Sólidos. Integram o grupo Cícero Lucena (PSDB-PB), Anibal Diniz (PT-AC), Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), Valdir Raupp (PMDB-RO) e Eduardo Amorim (PSC-SE).

Avança MP que aumenta a capacidade de armazenar grãos

A comissão mista que analisa a Medida Provisória 619/2013 aprovou ontem relatório do deputado João Carlos Bacelar (PR-BA), que fez várias alterações no parecer original. O texto estabelece ações para ampliar a capacidade de armazenagem de grãos, institui o Programa Cisternas e trata de prazos do penhor rural e de financiamento do Fundo de Terras e da Reforma Agrária.

A MP foi encaminhada ao Congresso em junho. Para que a medida não perdesse a validade, ontem o colegiado fez acordo para aprovar o texto na íntegra e deixar a discussão dos pontos mais polêmicos para o Plenário da Câmara, hoje.

Os deputados Rodrigo Maia (DEM-RJ) e Bohn Gass (PT-RS) retiraram os destaques que haviam feito para posterior apresentação em Plenário. Gass contestou a extensão a produtores independentes de cana-de-açúcar do Rio de Janeiro a mesma subvenção oferecida aos estados do Nordeste, referente à safra 2011-2012. Maia pediu a supressão do artigo que modificava lei sobre a

quarentena de ocupantes de cargos públicos com acesso a informações privilegiadas.

Entre as modificações, o relator propõe a contratação de instituição financeira pública para obras da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). O texto original autoriza contratar o Banco do Brasil para construção, ampliação ou reforma de armazéns agropecuários.

O deputado Lira Maia (DEM-PA) destacou a falta de tempo para discussão e questionou artigo que admite a contratação de empresas privadas sem licitação para a construção de cisternas.

Waldemir Moka (PMDB-MS) afirmou que o mais importante é “salvar” a MP, porque ela traz avanços como o fundo garantidor para as cooperativas. O deputado Antonio Brito (PTB-BA) citou programa que refinancia dívidas de entidades filantrópicas de saúde, o Prosus, que pode beneficiar as Santas Casas.

Apesar do consenso sobre a importância da proposta para os pequenos produtores rurais, a diversidade de temas da MP foi criticada por alguns parlamentares da comissão.



Carlos Bacelar, José Pimentel e Bohn Gass analisam a medida provisória

Rejeitada mudança na compensação por exploração de recursos hídricos

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) rejeitou ontem por unanimidade e em caráter terminativo projeto do senador Magno Malta (PR-ES, foto) que tinha o objetivo de alterar a distribuição da compensação financeira pela exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica.

Malta propôs, para o repasse dos recursos dessa compensação, a adoção dos mesmos critérios estabelecidos para a distribuição dos Fundos de Participação dos Municípios (FPM) e dos Estados (FPE).

O relator, senador Sérgio Souza (PMDB-PR), considerou a compensação indissociável “dos impactos



ambientais em áreas que, como se diz no jargão do setor elétrico, são ‘molhadas’ pelos reservatórios de hidrelétricas”.

Além disso, argumentou, o projeto (PLS 93/2012) faz com que os benefícios, hoje concentrados nos municípios cujos territórios abrigam reservatórios de hidrelétricas, sejam diluídos por alguns milhares de prefeituras Brasil afora.

Esses recursos, conforme o relator, são uma importante fonte de receita de vários municípios para aplicação em educação, saúde e segurança. Por isso, a reunião da CAE foi acompanhada de prefeitos que representam os municípios que recebem a compensação.

Apontando expansão do PIB no segundo trimestre, presidente do Banco Central diz que percepção de agentes econômicos é “mais pessimista que a realidade dos números”

Tombini afirma que Brasil cresce de forma gradual

O PRESIDENTE DO Banco Central, Alexandre Tombini, reafirmou ontem, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em audiência sobre política monetária, que o crescimento econômico do Brasil está acontecendo “de forma gradual” e que a percepção de muitos agentes econômicos é “mais pessimista que a realidade dos números”. Ele ressaltou que o produto interno bruto (PIB) teve uma expansão de 1,5% no segundo trimestre, o que equivale, em termos anualizados, a mais de 6% ao ano. Também informou que os investimentos tiveram um aumento de 3,6% no segundo trimestre, sendo o terceiro trimestre consecutivo de expansão dos investimentos. Quanto à inflação, o presidente do Banco Central reiterou que a taxa está em queda. Ele reconheceu que a desvalorização do real frente ao dólar nos últimos meses é uma fonte de pressão sobre a inflação no curto prazo, mas voltou a dizer que a “adequada” administração da política monetária será capaz de limitar a influência do câmbio sobre os preços. Francisco Dornelles (PP-RJ) alertou para os números das contas externas brasileiras, exemplificando que a balança comercial no ano passado registrou superávit de US\$ 20



Moreira/Matriz/Agência Senado

Tombini diz que inflação está em queda e destaca transição na economia mundial

bilhões, enquanto neste ano as projeções “mais otimistas” indicam superávit entre US\$ 2 bilhões e US\$ 3 bilhões.

— E o déficit nas contas financeiras vem aumentando — disse o senador.

Dornelles demonstrou preocupação com a capacidade dos investimentos diretos e dos investimentos financeiros vindos do exterior para cobrir o déficit em conta corrente.

País preparado

De acordo com Tombini, a economia mundial passa por um processo que levará ao fim dos estímulos utilizados pelos países ricos para combater a crise iniciada em 2008. Segundo ele, o Brasil está preparado para enfrentar essa transição, que inclui a eventual alta dos juros internacionais, porque tem “bons fundamentos macroeconômicos e robustas reservas internacionais”.

— O mercado financeiro aguarda o início efetivo da redução dos estímulos monetários — afirmou.

Ao citar a solidez macroeconômica do Brasil, Tombini lembrou que o país é credor internacional e que as reservas internacionais brasileiras aumentaram quase US\$ 90 bilhões nos últimos dois anos, alcançando US\$ 370 bilhões. Segundo ele, isso permite ao Banco Central oferecer *hedge* (proteção) aos agentes econômicos e liquidez aos diversos segmentos do mercado. Outro ponto positivo, disse, é a mudança na composição dos recursos estrangeiros que entram no país: aumentou a participação dos capitais de longo prazo e houve moderação na participação dos capitais de curto prazo.

A reunião foi transmitida ao vivo pelo site da TV Senado (www.senado.gov.br/tv).

Aloysio: governo se conforma com inflação

O líder do PSDB, Aloysio Nunes Ferreira (SP), criticou na audiência a condução da política monetária. Para o senador, representantes do governo vêm dando declarações “marcadamente conformistas” em relação à inflação, aceitando que os índices fiquem em torno do teto da meta.

— Há um conformismo, quando na verdade deveríamos nos esforçar para reduzir a inflação ao máximo. Lembro que, na política monetária, há um centro da meta, que, para o governo, parece algo desconhecido — disse.

O centro da meta é de 4,5%,

com margem de dois pontos percentuais para mais ou para menos. Assim, o teto é de 6,5%.

Aloysio também questionou declarações atribuídas ao ministro da Fazenda, Guido Mantega, segundo as quais



Waldemir Barreto/Agência Senado

Governo ignora o centro da meta da política monetária, afirma Aloysio

o Banco Central poderia diminuir a intervenção sobre o câmbio — intervenção que visa ajustar a relação entre o real e o dólar.

— É o ministro da Fazenda colocando o chapéu do presidente do Banco Central. É o sapateiro indo além do sapato — criticou Aloysio.

O senador disse que “essa declaração estranha de Mantega deve ter dado muita dor de cabeça a Alexandre Tombini e à diretoria do Banco Central”.

— Parece que o ministro da Fazenda não entendeu quem faz o quê em matéria de política econômica — afirmou.

Autonomia do BC vai a debate no dia 15

O Banco Central continuará a ser tema de discussão na CAE, que no dia 15 fará uma audiência pública para debater projeto (PLS 102/2007) que dá autonomia ao órgão e prevê medidas que vão de mandato fixo para presidente e diretores da instituição a mudanças

na legislação sobre o sistema financeiro.

O debate foi anunciado ontem pelo presidente da CAE, Lindbergh Farias (PT-RJ). Ele disse que será a primeira audiência pública a ser feita sobre o projeto, cujo relator é Dornelles.

Ainda não foram confirmados os nomes dos convidados para a audiência, mas Lindbergh adiantou que há a intenção de chamar representantes do Ministério da Fazenda, do Banco Central e da Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

A situação do país

ATIVIDADE ECONÔMICA

- ▶ A **recuperação** da atividade econômica tem se materializado de forma gradual
- ▶ Perspectivas de crescimento moderado no setor de **serviços**
- ▶ A safra de **grãos** deve bater novo recorde em 2013
- ▶ Recuperação do **investimento** e expansão moderada do **consumo**
- ▶ Consolidação da recuperação depende do fortalecimento da **confiança** de empresas e famílias

PREVISÃO DO FMI PARA O CRESCIMENTO DO PIB

	2013	2014
China	7,8%	7,7%
Índia	5,6%	6,3%
Mundo	3,1%	3,9%
Austrália	3%	3,8%
México	2,9%	3,3%
Coreia do Sul	2,8%	3,3%
BRASIL	2,5%	3,2%
Rússia	2,5%	3,2%
África do Sul	2%	2,9%
Japão	2%	2,7%
Canadá	1,7%	2,2%
EUA	1,7%	1,5%
Reino Unido	0,9%	1,3%
Alemanha	0,3%	1,2%
França	-0,2%	0,9%
Área do Euro	-0,6%	0,8%
Espanha	-1,6%	0,7%
Itália	-1,8%	0%

INFLAÇÃO ESTÁ E CONTINUARÁ SOB CONTROLE

- ▶ Ações do Banco Central têm sido efetivas, recolocando a inflação em **trajetória de declínio**, após alcançar o pico em junho de 2013
- ▶ **Desvalorização do câmbio** nos últimos meses constitui uma fonte de pressão inflacionária em prazos mais curtos
- ▶ Condução adequada da **política monetária** irá limitar a transmissão da desvalorização do câmbio para a inflação
- ▶ Combate à inflação contribuirá para **fortalecer a confiança** na economia brasileira e **consolidar o crescimento**



Fonte: Banco Central

Dornelles critica nova exigência da Receita Federal

Instrução normativa da Receita Federal que obriga as empresas a manter duas contabilidades — uma segundo os padrões internacionais e outra voltada à



Waldemir Barreto/Agência Senado

fiscalização tributária — recebeu duras críticas de Francisco Dornelles (PP-RJ). Em discurso no Plenário ontem, o senador manifestou preocupação com o aumento dos custos para as empresas. — É um acréscimo burocrático que certamente pesará nos custos das

empresas — observou o parlamentar. O senador disse que surpreende a decisão da Receita de ressuscitar demonstrações contábeis em moldes de legislação anterior. Dornelles salientou que o Brasil já formalizou a adesão às normas internacionais de contabilidade — decisão que representaria um avanço para o país, pois as normas permitem comparações internacionais e incrementam a transparência.

Senado aprova projeto que reconhece profissão de vaqueiro

Usando trajes típicos do ofício no Nordeste, grupo de vaqueiros esteve ontem no Senado para acompanhar a votação das regras para a profissão. Diversos senadores ressaltaram importância da medida e valor dos vaqueiros



Trajados com a roupa de trabalho, vaqueiros vêm ao Congresso Nacional pedir aos parlamentares apoio à regulamentação da profissão, cuja aprovação aguardavam desde 2007

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 83/2011, que reconhece e regulamenta a profissão de vaqueiro. A proposição, que segue agora para a sanção presidencial, define o vaqueiro como profissional responsável pelo trato, manejo e condução de animais como bois, búfalos, cavalos, mulas, cabras e ovelhas. De autoria dos ex-deputados Edigar Mão Branca e Edson Duarte, o projeto estabelece que a contratação dos serviços de vaqueiro é de responsabilidade do administrador — proprietário ou não — do estabelecimento agropecuário de exploração de animais de grande e médio porte, de pecuária de leite, de corte e de criação. O presidente do Senado,

Renan Calheiros, comentando em Plenário o projeto, considerou a aprovação como um resgate, do ponto de vista social, de enorme dívida do Brasil com os vaqueiros. — A lida do gado é tão antiga no Brasil quanto o próprio país. Mas o reconhecimento dessa profissão, apesar de necessário já há muito tempo, é tardio. O projeto torna a inclusão de seguro de vida e de acidentes em favor do vaqueiro obrigatória nos contratos de serviço ou de emprego.

O seguro deve compreender indenizações por morte ou invalidez permanente, bem como ressarcimento de despesas médicas e hospitalares decorrentes de eventuais acidentes ou doenças profissionais que o vaqueiro sofrer durante a jornada de trabalho, independentemente da duração da eventual internação, dos medicamentos e das terapias que assim se fizerem necessários. Ao fazer a leitura do parecer, Paulo Davim (PV-RN) fez um apelo aos

senadores pedindo a rejeição de todas as emendas apresentadas à matéria no Senado a fim de evitar o retorno à Câmara dos Deputados. Com relação à emenda de Cyro Miranda (PSDB-GO) propondo a eliminação da exigência da contratação de seguro de vida pelos empregadores para protegerem seus vaqueiros, Paulo Davim se comprometeu, contando com o apoio dos líderes, a solicitar o veto da exigência à presidente Dilma Rousseff.



Vaqueiros tocam o berrante, instrumento do trabalho com animais

Atribuições
Pelo projeto, são atribuições do vaqueiro, entre outras atividades, alimentar os animais; realizar a ordenha; treinar e preparar animais para eventos culturais e socioesportivos, com a garantia de que não sejam submetidos a atos de violência; e, sob orientação de veterinários e técnicos qualificados, auxiliar com os cuidados necessários à reprodução das espécies.



Grupo de vaqueiros acompanha das galerias a sessão plenária do Senado para votação do PLC 83/2011

Em tramitação desde 2007, proposta faz resgate histórico, diz Renan

Renan Calheiros recebeu no gabinete ontem um grupo de vaqueiros que compareceu à Casa para defender a aprovação do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 83/2011. Antes de se reunir com os vaqueiros, o presidente do Senado falou sobre a importância da regulamentação da profissão

que, destacou, existe no país desde 1549, na época de Tomé de Souza, primeiro governador-geral do Brasil. — Os vaqueiros estão aguardando desde 2007 a aprovação deste projeto. É muito importante que hoje nós possamos queimar etapas, fazendo esse resgate histórico, social,

regulamentando a profissão e atribuindo, entre outros direitos, um seguro. Porque é uma atividade de muito risco — disse. Ele afirmou ainda que, “mesmo sendo a profissão típica do Nordeste, é uma atividade nacional”, que existe em todas as regiões, uma vez que quem cuida de qualquer tipo de gado pode

ser considerado um vaqueiro. Faland o nome da categoria, Márcio Lúcio, trabalhador da Fazenda Reserva, do município de Jaramatãia (AL), avaliou que a aprovação da proposta beneficiará muito os vaqueiros de todo o país, sobretudo pela exigência, incluída no texto, de contratação, pelo empregador, de um

seguro de vida para proteger os profissionais. — Nós temos família e, caso venhamos a sofrer algum acidente sem ter nenhum tipo de seguro, ficamos desprotegidos. Conheço muitos casos de vaqueiros que ficaram cegos e deixaram as famílias desamparadas, sem ter o que comer — declarou.

Com 61 votos a favor e 4 contra, PEC da Música segue para a promulgação

Com a presença de vários artistas — como Ivan Lins, Marisa Monte, Francis Hime e Lenine —, o Plenário concluiu ontem a votação da proposta de emenda à Constituição (PEC 123/2011), do deputado Otavio Leite (PSDB-RJ), que isenta de impostos CDs e DVDs com obras musicais de autores brasileiros. A proposta, que já havia sido aprovada em primeiro turno no dia 11, foi confirmada com 61 votos favoráveis e apenas 4 contrários.



Presidente do Senado, Renan recebe artistas da MPB que vieram apoiar a aprovação da PEC da Música

A PEC da Música será promulgada em sessão conjunta do Congresso em 1º de outubro. Inúmeros senadores se manifestaram em favor do texto, que teve oposição apenas da bancada amazense, devido ao temor de a desoneração fiscal ameaçar a indústria fonográfica e de vídeo instalada na Zona Franca de Manaus.

O objetivo da PEC é reduzir o preço desses produtos ao consumidor, dando condições de competir com a venda de reproduções piratas.

O benefício, no entanto, não alcança o processo de replicação industrial, que continuará a ser tributado. Os senadores do Amazonas se manifestaram contrários à proposta. Como a isenção se aplica à produção de CDs e DVDs

em todas as regiões do país, eles argumentam que a proposta poderia diminuir a diferença de tratamento tributário que hoje favorece o polo e gerar desemprego na região. — Nós estamos votando uma proposta que vai gerar desemprego em um estado, porque mais de 90% dos produtos, CDs e DVDs, são fabricados com isenção fiscal na Zona Franca de Manaus — argumentou a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

A bancada do Amazonas apresentou emendas que, se aprovadas, levariam a PEC a voltar para a análise da Câmara dos Deputados. No entanto, todas as emendas foram rejeitadas pelos demais parlamentares, que pediram a urgência da aprovação da proposta e alertaram para o risco de a PEC retornar à Câmara. — Qualquer modificação a esta altura devolve a proposta para a Câmara dos Deputados e, portanto, voltamos à estaca zero, porque na Câmara pode ir para a gaveta do pré-sal e daqui a mais uma década está de volta ao Senado — advertiu o senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB).



Marisa Monte e outros artistas comemoram em Plenário a aprovação da isenção de impostos para CDs e DVDs

Ministra e artistas visitam presidente do Senado

A ministra da Cultura, Marta Suplicy, e o deputado Otavio Leite estiveram no gabinete do presidente do Senado, Renan Calheiros, com um grupo de artistas que compareceu à Casa em apoio à PEC da Música. Marisa Monte, Ivan Lins, Lenine, Dado Villa-Lobos, Francis Hime, Rosemary, Sandra de Sá e Paula Lavigne, entre

outros, pediram a aprovação da PEC da Música. De acordo com a ministra, a proposta reduzirá em mais de 25% o preço dos CDs. — A PEC é um marco para os músicos brasileiros, porque hoje um músico do interior do Brasil paga mais imposto do que a Madonna para distribuir seu disco — disse Marta. O deputado destacou

que a PEC também diminuirá entre 30% e 35% o preço de venda da música via telefonia, os chamados *ringtones*, e em 19% o preço via web. — Toda a cadeia produtiva da música brasileira será beneficiada com imposto zero. O objetivo é fazer com que o brasileiro possa consumir mais barato um produto de uma

dimensão cultural que merece esse valor — disse Otavio Leite. Segundo Renan, a PEC é importante para a economia porque a cultura tem que ser vista como uma atividade econômica. Após a reunião, o grupo de artistas seguiu para o Plenário do Senado, onde acompanhou a votação da proposta.

MP da Valec tranca a pauta do Plenário

Durante a sessão deliberativa de ontem, o presidente do Senado, Renan Calheiros, leu o ofício da Câmara dos Deputados encaminhando ao Senado o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 23/2013, proveniente da Medida Provisória (MP) 618/2013, que capitaliza a Valec e o BNDES. A matéria tranca a pauta do Plenário e tem que ser votada até 3 de outubro.

Também foi lido o ofício que encaminhou a MP 624/2013, que destina recursos para investimentos nos municípios. Ambas as matérias constarão da pauta de votações do Plenário a partir de hoje.

A MP 618 permite à União injetar R\$ 15 bilhões na Valec, empresa pública responsável pela construção e exploração de ferrovias, e outros R\$ 15 bilhões no BNDES. O relator da proposta na comissão mista, senador Valdir Raupp (PMDB-RO), incluiu no texto do PLV regras para a renegociação de dívidas rurais.

Já a MP 624 destina R\$ 1,6 bilhão para os municípios. Os recursos serão aplicados na melhoria da qualidade dos serviços públicos nas cidades, como saneamento e transporte público. A MP também destina R\$ 148 milhões para o pagamento de subvenção econômica aos produtores de cana-de-açúcar da Região Nordeste afetados pela estiagem na safra 2011-2012.

Os presentes

- Ministra da Cultura, Marta Suplicy
- Thomas Roth, presidente da Associação Brasileira de Música Independente
- Paula Lavigne
- Marisa Monte
- Lenine
- Xande, vocalista do Revelação
- Sandra de Sá
- Léo Esteves
- Dado Villa-Lobos
- Léo Jaime
- Carlinhos
- Eduardo Rajo
- Rosemary
- Francis Hime
- Olivia Hime
- Tim Rescala
- Ivan Lins
- Kleitton
- Du Oliveira
- Gog
- Renio Quintas
- Sthel Nogueira
- Nanan Catalão
- Mc Federado e os Leleks

Na opinião dos convidados de reunião na CDH, medida pode ser regulamentada por meio de um decreto do governo, sem a necessidade de aprovar lei específica

Cotas raciais no serviço público mobilizam audiência

A IMPLANTAÇÃO DA política de cotas raciais para ingresso no serviço público foi amplamente defendida em audiência pública realizada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) ontem. Atendendo a convidados e entidades que acompanharam o debate, a CDH se comprometeu a encaminhar documento à presidente Dilma Rousseff, com apelo para que a tramitação da medida, já em estudo no governo, seja acelerada.

A presidente da CDH, Ana Rita (PT-ES), afirmou que a extensão das cotas ao serviço público é medida necessária, pois as desigualdades econômicas e sociais são persistentes e afetam especialmente a população afrodescendente. Ela observou que, do total de inscritos no Cadastro Único dos programas sociais do governo, 68,23% são negros.

— A população afrodescendente quer acesso não apenas ao ensino de qualidade, mas também a emprego decente, com isonomia em todos os campos. Esse é um direito básico, é um direito humano — justificou.

Para os convidados, a adoção das cotas no serviço público



Ana Rita (E) preside audiência pública na CDH sobre o desempenho dos cotistas

federal depende apenas de regulamentação por meio de decreto do governo, sem necessidade de aprovar lei com essa finalidade. O amparo jurídico estaria no próprio Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288/2010) e, ainda, na decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) a favor da constitucionalidade das ações afirmativas e na Convenção 111 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), reconhecida pelo Brasil.

Hélio Silva Júnior, professor de Direito Constitucional, observou que as convenções internacionais ganham força de lei depois de adotadas. No caso da Convenção

111, ele observou que o texto utiliza o princípio de que medidas especiais de proteção ao trabalho não são consideradas “discriminações injustas”. Quanto à decisão do STF, salientou que, naquele julgamento, foi reconhecida a constitucionalidade não apenas do acesso ao ensino superior por cotas, mas do próprio princípio da ação afirmativa.

— É o que diz o Supremo. Não é coisa de um preto recalcado que sofreu discriminação — reagiu o professor, apontando “tendência na mídia” de restringir o alcance da decisão às cotas nas universidades.

Decreto presidencial é suficiente, diz procurador

Para Augusto Werneck, procurador do estado do Rio de Janeiro, não faz sentido, do ponto de vista constitucional, diferenciar, no caso das cotas, o ingresso no serviço público do ingresso nas universidades. Na opinião dele, esse é um “argumento artificial” que tem “fundo racista”.

Havendo base constitucional, conforme o procurador, basta ter previsão em lei, respaldo que o Estatuto da Igualdade Racial já garante.

— Todos os mecanismos estão na mão do governo federal — disse Werneck, ao reforçar que basta um decreto presidencial.

Primeiro professor da disciplina de Ação Afirmativa no Brasil, Werneck considera que a medida é de fácil implementação e pode seguir a sistemática usada para ingresso nas universidades públicas. Para ele, a adoção de cotas para carreiras públicas de nível superior representará o fechamento de um ciclo iniciado com as ações afirmativas adotadas para as vagas no ensino superior.

Rui Portanova, desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, registrou que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) estuda a questão da aplicação das cotas nos concursos para acesso às carreiras do Judiciário. Porém, afirmou que o relator inicialmente designado desaprovou a medida.

A seu ver, no entanto, esse é um direito dos negros que precisa ser o mais rapidamente regulamentado em todas as esferas. Para isso, ele chegou a sugerir que seja proposto um mandado de injunção, instrumento jurídico que pode ser acionado para exigir que o Estado cumpra obrigações legais pendentes.

Quatro estados já reservam vagas em concursos

O diretor-executivo da organização Educação para Afrodescendentes e Carentes (Educafro), frei David Santos, destacou que a comunidade negra do país tem como bandeira a luta pela aplicação do sistema de cotas em todos os setores do serviço público, com plena regulamentação do Estatuto da Igualdade Racial. Ele registrou que os governos do Rio de Janeiro, Paraná, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul já regulamentaram o sistema de cotas em concursos públicos, assim como cerca de cem municípios.

— Apesar das cotas, ainda é grande o fosso entre brancos e negros no Brasil — disse.

A secretária de Políticas de Ações Afirmativas da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Ângela Nascimento, contou que negros e pardos, apesar de representarem metade da

população brasileira, ocupam apenas 35% das vagas nos cursos de graduação, 26% de mestrado e 22,3% de doutorado. Ela registrou que apenas 3,27% da população negra tem nível superior completo. A seu

ver, o sistema de cotas tem contribuído para a promoção da inclusão social, mas precisa ser ampliado diante de uma realidade marcada pela desigualdade de oportunidades.

Paulo Paim (PT-RS), autor do requerimento para a audiência, elogiou a mobilização da comunidade negra no Brasil, que resultou na aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, e reafirmou a necessidade de manter a mobilização para o cumprimento dos direitos. Também participaram os senadores João Capiberibe (PSB-AP) e Eduardo Suplicy (PT-SP), além de Carla Beatriz Maia, defensora pública do estado do Rio de Janeiro.



Frei David (D) destaca o grande fosso que ainda há entre negros e brancos

Ministério do Planejamento é contrário à medida

Em julho, a presidente Dilma Rousseff recebeu representantes de 19 organizações do movimento negro como parte da agenda de reuniões com a sociedade civil que se seguiu à onda de protestos pelo país. Na ocasião, o movimento cobrou a implantação da política de cotas raciais no serviço público federal. Dilma disse que aguardava avaliação dos ministérios envolvidos na discussão. Durante a audiência na CDH, os participantes revelaram que a Procuradoria do Ministério do Planejamento já se manifestou de forma contrária, posição que foi amplamente criticada.

Regulamentação de gorjetas está na pauta de hoje de comissão

Apesar de já tramitar em regime de urgência no Plenário, foi enviado à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) o projeto (PLC 57/2010) que estabelece o controle sobre o pagamento e a fiscalização do repasse de gorjetas a empregados de bares, restaurantes, motéis e estabelecimentos similares. O relator, Gim (PTB-DF), ainda não apresentou parecer, mas a proposta poderá ser votada hoje na CCJ.

De acordo com o projeto, os estabelecimentos que incluírem taxa de serviço ou adicional nas contas ficarão obrigados a repassá-los aos empregados. O empregador que não transferir os valores dentro dos prazos terá de pagar multa.

O texto também prevê recolhimento de contribuição previdenciária e de Imposto de Renda a partir dos valores recebidos nas gorjetas. A forma

de rateio da gratificação deverá ser fixada em acordo ou convenção coletiva de trabalho. O critério poderá ser definido também em assembleias dos sindicatos dos trabalhadores.

A empresa deverá lançar a gorjeta na nota fiscal e reter 20% do valor para cobrir encargos sociais e previdenciários dos empregados. O que sobrar deverá ser repassado aos trabalhadores. Na carteira de trabalho do empregado, deverá

ser anotado, além do salário fixo, o percentual recebido como gorjeta. Caso suspenda a cobrança, a empresa deverá incorporar o valor pago ao salário do empregado, pela média dos últimos 12 meses.

O projeto institui uma comissão de empregados para acompanhar e fiscalizar a cobrança e a distribuição da gorjeta. Os integrantes terão estabilidade no emprego durante o mandato.



Relator do projeto na CCJ, Gim ainda não apresentou parecer

Incentivo à pesquisa de doenças raras deve seguir para a Câmara

Projeto aprovado ontem em votação final aumenta recursos para desenvolvimento tecnológico de medicamentos e outros produtos

A COMISSÃO DE Assuntos Econômicos (CAE) concluiu ontem a votação final de proposta que pode assegurar mais recursos para o desenvolvimento tecnológico de medicamentos, imunobiológicos (vacinas), produtos para a saúde e outras modalidades terapêuticas destinados ao tratamento de doenças raras ou negligenciadas. Se não houver pedido de votação no Plenário do Senado, o texto segue direto para análise da Câmara dos Deputados.

O projeto (PLS 231/2012), de Eduardo Suplicy (PT-SP), destina a essas iniciativas no mínimo 30% dos recursos do Programa de Fomento à Pesquisa em Saúde, previsto na Lei 10.332/2001. Uma primeira votação foi feita pela CAE em 17 de setembro.

A proposta originou-se da constatação do desinteresse dos laboratórios farmacêuticos em gastar com pesquisas na área. Por isso, previa,



Entre Sérgio Souza e Roberto Requião, Lindbergh Farias conduz a sessão que aprovou em segundo turno projeto de Suplicy

inicialmente, a criação do Fundo Nacional de Pesquisas para Doenças Raras e Negligenciadas, mas foi alterado durante a análise pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

Mudança no projeto

O relator naquela comissão, Sérgio Souza (PMDB-PR), reconheceu que o desinteresse comercial dos laboratórios

“é uma falha de mercado das mais cruéis”. Ele concluiu, no entanto, que o financiamento de pesquisas não deve ser garantido pela criação de um fundo, e sim pela alteração da legislação em vigor.

Por isso, Souza sugeriu, para garantir a coerência do ordenamento jurídico que regula os investimentos em ciência e tecnologia, alterar a Lei 10.332/2001. O objetivo é fazer com que ela preveja a

destinação a esse tipo de desenvolvimento científico de 30% dos recursos do Programa de Fomento à Pesquisa em Saúde.

Esse programa recebe recursos da Cide-Tecnologia, taxa cobrada de empresas brasileiras que licenciam tecnologia estrangeira.

Na CAE, a relatora, Lúcia Vânia (PSDB-GO), concordou com as mudanças feitas pela CCT sem propor novas alterações no projeto.

Proposta isenta de IR aposentadoria de albinos



Autor do projeto, Amorim explica que doença causa limitações físicas

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem a isenção de Imposto de Renda (IR) para a aposentadoria de pessoas com albinismo. O autor do projeto (PLS 245/2012), Eduardo Amorim (PSC-SE), explica que o albinismo é uma hipopigmentação congênita, com ausência parcial ou total do pigmento na pele, nos cabelos e nos olhos.

Conforme o senador, essas pessoas têm a força produtiva reduzida devido a limitações físicas e necessitam de

tratamentos de saúde. Para ele, a isenção do IR é importante, porque portadores de albinismo precisam de quantias significativas para aquisição de medicamentos e material médico-hospitalar. Muitas vezes, acrescenta Amorim, os gastos superam a renda e exigem complementação por parte de familiares e amigos.

O projeto, que será examinado em decisão terminativa pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), altera a Lei 7.713/1988. O artigo 6º da lei

prevê isenções para portadores de outros tipos de doenças.

O relatório, lido por Eduardo Suplicy (PT-SP), considerou mínima a eventual perda de arrecadação em decorrência da aprovação do projeto porque a lei já contempla isenções semelhantes. “Trata-se, então, muito mais de uma adaptação da legislação às peculiaridades do grupo social considerado, que propriamente de instituição de benefício novo”, diz o relatório elaborado por Walter Pinheiro (PT-BA).

Ana Amélia ressalta importância de lei sobre câncer de mama

A senadora Ana Amélia (PP-RS) comentou ontem o anúncio *O Senado votou. Agora é lei*, do **Jornal do Senado**, sobre a Lei 12.802/2013, que obriga o Sistema Único de Saúde (SUS) a fazer a retirada e a reconstrução plástica da mama em mulheres vítimas de câncer. A senadora disse acreditar que a Casa melhora a vida das pessoas.

O anúncio do jornal traz o título “O tratamento do câncer de mama não precisa deixar essa marca”. Na página da campanha na internet (www.senado.leg.br/agora-e-lei) é possível acessar o texto da lei aprovada, as matérias publicadas pelos veículos de comunicação da Casa e as peças publicitárias.

— Essa mensagem, que o **Jornal do Senado** mostra, revela o lado bom de ser parlamentar: melhorar a vida das pessoas — afirmou.

Ela disse que recebeu ontem, de uma moradora de Porto Alegre, uma mensagem emocionante pelo Facebook, agradecendo o trabalho para a aprovação da lei, que teve Ana Amélia por relatora. A gaúcha disse que, graças à lei, pôde sair do hospital com a mama reconstituída.



Trabalho do Senado melhora a vida das pessoas, avalia Ana Amélia

Padilha diz confiar na aprovação da MP do Mais Médicos

O ministro da Saúde, Alexandre Padilha, deixou ontem reunião com os presidentes da Câmara, Henrique Eduardo Alves, e do Senado, Renan Calheiros, confiante na aprovação da MP do Mais Médicos (MP 621/2013). A reunião ocorreu no gabinete da Presidência do Senado.

Padilha disse que a MP

tramita dentro do prazo previsto na comissão mista criada para analisá-la e que os debates realizados pelo colegiado, ouvindo diversos segmentos envolvidos, foram importantes.

— Tenho certeza de que os deputados e senadores serão guiados pelo mesmo sentimento que o Ministério da Saúde tem hoje, de que o Mais

Médicos tem sido uma solução concreta para várias cidades do nosso país que não têm médicos — afirmou o ministro.

A comissão mista que analisa a MP 621/2013 deve votar hoje, às 14h30, o relatório final elaborado pelo deputado Rogério Carvalho (PT-SE). Antes, às 9h, integrantes da comissão fazem uma reunião informal, na sala da presidência da Comissão de Seguridade Social da Câmara, para tentar chegar a um texto de consenso.

Ontem, deputados e senadores apresentaram sugestões de mudanças ao relatório. O relator-revisor da comissão mista, senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), sugeriu mais exigências para a autorização, o reconhecimento e a renovação dos cursos de



Médicos cubanos conhecem instalações de trabalho em Chapadina (MA)

graduação em Medicina. Além disso, propôs um prazo de cinco anos para que os governos equipem, reformem ou construam novas unidades básicas de saúde.

O deputado Rogério Carvalho deve acolher as sugestões.

— A questão dos cinco anos

[para melhorar unidades de saúde] é pacífica — afirmou.

Carvalho observou, no entanto, que é preciso ficar claro se o programa vai realmente durar apenas três anos e acabar e qual será o destino dos médicos após esse período.

(Da Agência Câmara)



Henrique Eduardo Alves, Renan Calheiros e Alexandre Padilha durante encontro

Avança proposta que facilita pagamento de dívidas com o Fies

Projeto aprovado ontem permite renegociação de contratos do Fies depois da formatura do beneficiário caso a parcela comprometa a renda

A COMISSÃO DE Educação (CE) aprovou ontem projeto que autoriza a repactuação de contratos do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) para facilitar o pagamento das dívidas assumidas pelos estudantes.

Sucessor do Programa de Crédito Educativo, o Fies financia a formação na educação superior de estudantes matriculados em instituições de ensino privadas. A proposta segue agora para a análise da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O PLS 53/2008, do ex-senador Expedito Júnior, autoriza a repactuação de contratos do Fies em fase de amortização



Cyro coordena reunião da CE que aprovou repactuação de contratos do fundo

(depois da formatura) nos casos em que, comprovadamente, a prestação correspondida a um percentual elevado da renda do beneficiário. O relator, Paulo Paim (PT-RS), recomendou a aprovação do projeto, sugerindo apenas duas emendas de redação

com o intuito de aperfeiçoar o texto.

Foram declarados prejudicados dois projetos que tramitavam com a proposta aprovada: o PLS 8/2009, apresentado por Cristovam Buarque (PDT-DF), e o PLS 544/2009, da ex-senadora

Serys Shlessarenko. A proposta de Cristovam estendia aos devedores do Fies os descontos e bônus de quitação adotados em 2008 para as dívidas rurais dos produtores. O texto de Serys propunha amortização do saldo devedor mais favorável aos financiados, com início apenas no sétimo mês após a conclusão do curso.

Alvaro Dias (PSDB-PR) ressaltou a importância do projeto e afirmou que é importante aprimorá-lo.

— Esse sistema de financiamento tem contribuído para que muitos jovens brasileiros possam cursar as universidades e nós precisamos buscar sempre aprimorá-lo — afirmou o senador.

Relator destaca importância de garantia legal

Para o relator, Paulo Paim, apesar dos aperfeiçoamentos feitos no Fies em anos recentes, ainda se justificam novos avanços. Na opinião do senador, o PLS 53/2008 pode trazer garantias adicionais aos estudantes, pois deixará estipulado em lei o direito à renegociação nos casos em que, de forma comprovada, a prestação comprometa um

percentual elevado da renda do beneficiário.

Paim afirmou que analisou detalhadamente os projetos pensados e concluiu pela aprovação da proposta mais antiga.

— Todos os projetos vão na linha de facilitar para o nosso estudante. O objetivo é facilitar a negociação do estudante em relação ao Fies — disse.

Estudantes se mobilizaram por um “Fies justo”

Paim salienta no relatório que, entre 2007 e 2009, ocorreu intensa mobilização social encabeçada por estudantes que foram financiados pelo fundo, articulados no Movimento Fies Justo. Disse que o quadro motivou diversas iniciativas para reduzir os níveis de inadimplência e execuções judiciais de devedores, inclusive as três propostas em análise.

Por conta daquele contexto, conforme Paim, o governo adotou aperfeiçoamentos com a finalidade de melhorar a situação dos devedores, dando forma ao novo Fies. Segundo ele, as mudanças estão dando resultado, o que se demonstraria pelo crescimento do número de contratos. A expectativa é de que sejam assinados 400 mil novos financiamentos em 2013.

Mozarildo defende semanas alternadas para deliberações

Com dificuldade de quórum para votar os itens terminativos, os senadores presentes à reunião da Comissão de Educação de



alternadas com as sessões deliberativas do Plenário. Ele pediu ao presidente da CE, Cyro Miranda (PSDB-GO), que converse com os outros presidentes de comissões para viabilizar a aprovação da proposta.

— O projeto está com o senador Lobão Filho [PMDB-MA], que está tratando da reforma do regimento. Acho que realmente mudaria essa sistemática que prejudica a apreciação de projetos — afirmou Mozarildo.

Taques elogia gestão fiscal e educação de Lucas do Rio Verde

Pedro Taques (PDT-MT) elogiou ontem a administração do município de Lucas do Rio Verde (MT), que, em menos de 25 anos



participaram de levantamento sobre os índices de gestão fiscal da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan). Foi o melhor colocado da Região Centro-Oeste.

Taques citou ainda o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), em que as escolas da rede municipal alcançaram média de 6,2, projetada para ser atingida, no Brasil, apenas em 2018. A cidade tem três das cinco melhores escolas públicas de Mato Grosso.

Taques citou ainda o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), em que as escolas da rede municipal alcançaram média de 6,2, projetada para ser atingida, no Brasil, apenas em 2018. A cidade tem três das cinco melhores escolas públicas de Mato Grosso.

Taques citou ainda o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), em que as escolas da rede municipal alcançaram média de 6,2, projetada para ser atingida, no Brasil, apenas em 2018. A cidade tem três das cinco melhores escolas públicas de Mato Grosso.

Primeira infância será tema de audiências públicas

A primeira infância será tema de debate em audiências públicas na Comissão de Educação. O assunto será abordado em reunião com as Comissões de Direitos Humanos (CDH) e de Assuntos Sociais (CAS), no dia 20 de novembro, às 10h.

O requerimento para o debate do tema “Primeira infância — a formação dos profissionais do cuidar e a construção da resiliência” é de autoria de Cyro Miranda (PSDB-GO) e Ana Rita (PT-ES), presidentes da CE e da CDH respectivamente.

De acordo com Cyro, a audiência pública fará parte dos debates da 5ª Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz, do 2º Seminário Aconchego — apoio à convivência familiar e comunitária e do 5º Ciclo Internacional Resiliência e Cultura, eventos que serão realizados entre 18 e 22 de novembro, no Senado.

Senadores querem debater situação da Gama Filho

Os problemas enfrentados pela Universidade Gama Filho e pelo Centro Universitário da Cidade (UniverCidade), no Rio de Janeiro, serão tema de audiência pública a ser realizada na Comissão de Educação e Cultura. O colegiado aprovou ontem requerimento de Cristovam Buarque (PDT-DF) e Paulo Paim (PT-RS) com o pedido da audiência.

Ambas as instituições, que são mantidas pelo grupo Galileo Educacional, enfrentam problemas financeiros. Alunos têm se manifestado contra reajustes altos nas mensalidades, demissão de professores e piora na qualidade de ensino.

O requerimento, incluído na pauta no momento da reunião, foi também subscrito por Ana Amélia (PP-RS), que relatou depoimento de uma estudante da Universidade Gama Filho de que a situação é gravíssima.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portela
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
 Magno Malta, Jayme Campos,
 João Durval, Casildo Maldaner
Diretora-geral interina: Rosa Vasconcelos
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretor-adjunto: Flávio de Mattos
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção
Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333
Editor-chefe: Sílvio Burle
Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin
Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex
Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão
Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333



Zeze Perrella (3º à dir.) coordena debate que reuniu governo, TCU, Anatel, Ministério Público e Sinditelebrasil

Senador critica aplicação de multas pela Anatel

Em audiência pública para debater qualidade das telecomunicações, Walter Pinheiro disse que atuação da Anatel, baseada em multas, é insuficiente para resolver problemas com as operadoras

APESAR DE A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) vir intensificando o acompanhamento da qualidade do serviço ofertado pelas empresas e aprimorando os mecanismos de fiscalização, com aplicação de multas pesadas às operadoras de telefonia que não cumprem as metas, a postura não é a ideal. Essa foi a avaliação de Walter Pinheiro (PT-BA), após audiência pública ontem para debater a qualidade e os investimentos na área.

— A Anatel é insatisfatória, eu continuo reclamando, esse é um dos problemas centrais: as agências no Brasil precisam ter outro tipo de ação e atitude. Multas, se for cobrar o que já foi aplicado à Oi, por exemplo, [a empresa] tem que fechar e todo o patrimônio ser usado para pagá-las. Mas à medida que se patrocina isso, vai ter que desligar a tomada de um bocado de lugar — disse Pinheiro, autor do requerimento para a realização do debate.

Durante a audiência, o

superintendente da Anatel Roberto Martins listou uma série de ações da autarquia, como o compromisso das empresas de chegarem às áreas rurais, uma exigência feita às empresas que participaram da licitação da telefonia 4G. Além disso, mencionou serviços ofertados, como a consulta, no site da agência, das empresas mais bem avaliadas em cada cidade, para os consumidores considerarem quem atua melhor em determinada região ao contratarem o serviço. Mas para o senador, isso não altera a postura equivocada da Anatel.

— A agência precisava se antecipar, garantir que funcione e não só constatando [os problemas] e aplicando multa — declarou.

Essa visão também foi compartilhada por Ângela Portela (PT-RR). Para a senadora, a empresa se habilita a cumprir metas estabelecidas em todas as regiões do Brasil e não as cumpre, recebe um alto índice de multas, muitas vezes não

pagas, o que não soluciona o problema. Na opinião dela, se a multa não é suficiente para ajustar a atuação das empresas, então que se criem outros instrumentos para penalizá-las.

O secretário do Tribunal de Contas da União Marcelo Barros da Cunha mencionou auditoria realizada na Anatel em 2006, quando foi feita uma série de recomendações à agência, como a adoção de medidas cautelares em vez de aplicação de multas, ou que acompanhasse em tempo real as reclamações dos usuários e a solução dada pelas operadoras. Entre 2008 e 2012, revelou, o TCU fiscalizou o cumprimento e a implantação das sugestões, mas o grau de mudanças e melhorias na regulação foi baixo.

Na opinião do subprocurador-geral da República Antônio Fonseca, as operadoras transferem aos órgãos públicos a responsabilidade, que é delas, de resolverem os problemas dos serviços.

Pinheiro aponta limites das audiências públicas

Walter Pinheiro acredita que a sistemática das audiências públicas precisa ser alterada.

— As audiências públicas viraram local comum onde qualquer um vem, constata, chora, reclama, e no dia seguinte todo mundo volta a funcionar como no dia anterior, sem fazer nada. É melhor produzir através de um grupo de trabalho da comissão, para apontar as raízes do problema e colocar quais soluções podemos apresentar. Se há necessidade de trocar artigos da legislação, ou substituí-la, façamos, se não, é a gente acionar os órgãos responsáveis pelo cumprimento da lei — declarou.

Danilo Doneda, da Secretaria Nacional do Consumidor, citou uma das principais reclamações dos usuários de telefonia: a complexidade de planos oferecidos em pacotes não permite a comparação entre empresas, o que dificulta a busca por melhores preços. Outras queixas são ausência e queda de sinal, bloqueios indevidos, oferta além da capacidade da rede, com promoções em regiões com problemas de infraestrutura, e velocidade da internet banda larga muitas vezes inferior ao contratado.

Ângela questiona falta de internet na Amazônia

Ângela Portela, durante os debates, questionou a notícia de que a operadora Oi teria desistido de oferecer internet banda larga na região amazônica por considerar a operação inviável, a qual deveria ser assumida pela Telebras. A senadora fez questionamentos a respeito do plano de metas de expansão para Roraima em 2013, mas não obteve respostas.

Eduardo Levy, presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (Sinditelebrasil), citou o crescimento acelerado do serviço de telefonia e internet banda larga nos últimos anos.

De acordo com o sindicalista, a enorme base de consumidores, tanto de telefonia quanto de banda larga fixa e móvel, acaba inflando os números de intercorrências, por isso é preciso focar nos números proporcionais. Um serviço que cresce 48%, se as reclamações crescerem 20%, cresceu metade da própria base, citou.



Waldemir Barreto/Agência Senado

CPI da Espionagem vai ouvir empresas de telefonia

Em reunião ontem, a CPI da Espionagem aprovou a realização de uma série de audiências públicas. Entre os convidados a serem ouvidos pelos senadores, em reuniões com datas ainda a serem marcadas, estão representantes de companhias telefônicas, como Telefônica, GVT, Oi e TIM, e da Google Brasil, do Facebook Brasil e da Microsoft.

A CPI está investigando as denúncias de monitoramento de e-mails e telefonemas pelos Estados Unidos no Brasil. Para isso, quer saber se houve participação de empresas e como as interceptações foram feitas.

Os parlamentares aprovaram ainda requerimento de Roberto Requião (PMDB-PR), pedindo à Polícia Civil

do Rio de Janeiro e à Polícia Federal cópias dos inquéritos destinados a apurar o furto de dois computadores portáteis da Petrobras no início de 2008.

O parlamentar disse que a divulgação do escândalo da espionagem norte-americana relativa a sigilos da Petrobras faz lembrar “o estranho e não explicado” furto dos computadores da empresa.

Para o senador, existe grande probabilidade de que os fatos estejam vinculados, visto que os computadores continham dados sobre a capacidade produtiva de campos petrolíferos do pré-sal e que o transporte dos equipamentos era feito por empresa estrangeira sediada nos Estados Unidos.



Taques, Pinheiro e Vanessa conversam após reunião da CPI da Espionagem

José Cruz/Agência Senado

Jarbas repudia discurso de Dilma Rousseff na ONU

Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) qualificou como “altamente decepcionante, fraco e ridículo” o pronunciamento da presidente Dilma na abertura da Assembleia Geral da ONU, ontem, em Nova York.

— Foi um expediente totalmente eleitoreiro, medíocre, que envergonha a história da política externa brasileira. Uma iniciativa ruim para a senhora Dilma Rousseff e seu partido, porém muito pior,



muito mais grave, para o Brasil, como nação — afirmou o senador, para quem a política externa brasileira tem hoje “cunho altamente ideológico” e está subordinada

aos interesses do Partido dos Trabalhadores.

O senador atribuiu as falhas do discurso ao autor, Marco Aurélio Garcia, assessor de Assuntos Internacionais da Presidência, a quem chamou de “grande xiita” do governo federal.

Figueiró destaca importância de ligação rodoviária com o Pacífico

Ruben Figueiró (PSDB-MS), em pronunciamento ontem, mencionou a importância das ligações rodoviárias entre o Brasil e o Oceano Pacífico, com

ênfase à estrada que liga Mato Grosso do Sul ao Porto de Iquique (Chile) — cuja inauguração, em seu entender, enfrenta resistência do



governo da Bolívia. Ele cobrou investimento dos governos na superação dos obstáculos à integração, que deve se dar “sem temores nem preconceitos”.

O senador frisou que o acesso fácil ao Pacífico aumentará a união com o mercado da Ásia e reduzirá em 60% os custos com tarifas portuárias.

Senado + transparente

Secom | Criação e Marketing

É fácil
ficar sabendo



O Senado Federal busca ser cada vez mais **transparente**. Para isso, vai além de tornar **acessíveis as informações** sobre a instituição e os senadores. Ele se **antecipa às demandas** da sociedade ao divulgar amplamente o trabalho legislativo. Além disso, para estimular a **participação social** nas discussões do Parlamento, a Casa disponibiliza recursos de interatividade e espaços de **diálogo** com os cidadãos.

Senado + transparente. A informação ao seu encontro.

Saiba mais. Entre em contato
pelo Alô Senado:
0800 612211
www.senado.leg.br/alosenado

www.senado.leg.br

